

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018. O ano de 2019 foi um ano transformador para a CESP. Após a mudança para a nova administração, em dezembro de 2018, passamos por um período intenso de avanço na gestão da operação, processos, sistemas de gestão do balanço energético, contenciosos, custos, despesas e pessoas. Em 2020 estaremos focados na busca contínua pelas melhores práticas em saúde e segurança do trabalho, na consolidação da cultura de alto desempenho, na monetização de imóveis não operacionais, na continuidade da revisão e otimização de nossos processos e sistemas, incluindo iniciativas ambiciosas em tecnologia da informação, automatização e inteligência artificial em várias de nossas atividades, além de seguirmos com o *derisking* da CESP, focados na continuidade da gestão criteriosa do contencioso e na busca por resultados consistentes com a operação de comercialização de energia através da CESP Comercializadora. CESP, uma empresa de energia! As Demonstrações Financeiras completas podem ser acessadas em <http://ri.cesp.com.br/>.

A Diretoria

Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Ativo/Circulante	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	690.276	410.886	Fornecedores
Instrumentos financeiros derivativos	18.718	-	Energia comprada para revenda
Contas a receber	198.930	240.802	Empréstimos e financiamentos
Tributos a recuperar	8.357	79.203	Arrendamento mercantil
Despesas antecipadas	11.186	15.580	Obrigações estimadas e folha de pagamento
Outros ativos	90.540	108.528	Tributos a recolher
	1.018.007	854.999	Encargos setoriais
			Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio
			UBP - Uso do bem público
			Obrigações socioambientais
			Outros passivos
			954.179
			884.398

Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Instrumentos financeiros derivativos	21.225	-
Despesas antecipadas	-	7.511
Cauções e depósitos judiciais	343.979	536.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.877.412	579.226
Almoxarifado	7.611	4.302
Ativo sujeito à indenização	1.719.390	1.949.430
Outros ativos	-	1.361
	3.969.617	3.078.084

Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.781.123	1.080
Arrendamento mercantil	5.624	-
Encargos setoriais	12.014	35.852
UBP - Uso do bem público	158.355	-
Provisão para litígios	1.814.375	2.156.162
Obrigações socioambientais	164.536	72.915
Entidade de previdência a empregados	836.995	-
Outros passivos	54.969	74.027
	4.827.991	2.340.036
	5.782.170	3.224.434

Total do Passivo Patrimônio Líquido		
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	1.084.883	554.588
Ajustes de avaliação patrimonial	(948.623)	(976.752)
Outros resultados abrangentes	(895.886)	(380.301)
Total do Patrimônio Líquido	7.144.905	7.102.066
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	12.927.075	10.326.500

Total do Passivo Patrimônio Líquido		
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	1.084.883	554.588
Ajustes de avaliação patrimonial	(948.623)	(976.752)
Outros resultados abrangentes	(895.886)	(380.301)
Total do Patrimônio Líquido	7.144.905	7.102.066
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	12.927.075	10.326.500

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste de resultados		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
				patrimonial	abrangentes		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	5.975.433	1.929.098	578.348	(997.645)	(370.669)	-	7.114.565
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	-	-	20.893	-	(20.893)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	294.433	294.433
Ajuste de benefícios a empregados - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	(9.632)	-	(9.632)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	20.893	(9.632)	273.540	284.801

Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	(14.722)	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	(38.482)	-	-	38.482	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(297.300)	(297.300)
Total de contribuições e distribuições para acionistas	-	-	(23.760)	-	-	(273.540)	(297.300)

Saldos em 31 de dezembro de 2018							
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	-	-	28.129	-	(28.129)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.163.014	1.163.014
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	25.501	25.501
Ajuste de benefícios a empregados - CPC 33 (R1)	-	-	-	-	(541.086)	-	(541.086)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	28.129	(515.585)	1.134.885	647.429

Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal	-	-	58.151	-	-	(58.151)	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	(35.442)	-	-	35.442	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(597.543)	(597.543)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(8.337)	(8.337)
Constituição de reserva de lucros estatutária	-	-	101.259	-	-	(101.259)	-
Retenção de lucros	-	-	405.037	-	-	(405.037)	-
Total de contribuições e distribuições para acionistas	-	-	530.295	-	-	(1.134.885)	(604.590)

Saldos em 31 de dezembro de 2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro antes do IR e da CS	136.454	284.286

Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa

Depreciação e amortização	379.565	316.345
Equivalência patrimonial	(102)	-
Juros e variações monetárias	143.195	78.388
Apropriação de custos de captação	3.141	-
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	339	-
Reversão da provisão para litígios	(331.952)	(410.186)
Atualização do saldo de provisão para litígios	272.245	361.782
Reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável de almoxarifados	(8.053)	(3.370)
Reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado	(120.405)	(62.652)
Provisão de honorários <i>ad exitum</i>	-	8.973
Prêmio repactuação risco hidrológico	15.021	15.021
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.349	1.038
Entidade de previdência a empregados	13.488	10.330
Atualização do saldo de depósitos judiciais	(9.647)	(25.585)
Provisão para compra de energia - CCEE	-	8.897
Reversão da provisão para obrigações socioambientais	(14.835)	(29.353)
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia	230.040	-
Realização de ajuste a valor presente sobre UBP	5.870	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.440)	(367)
Reversão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	(6.048)	(9.873)
Acordo extrajudicial MP/MS e PM Bataguassu	-	52.000
Hedge Accounting operacional	685	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais	(11.040)	-
	696.870	595.674

Acrescimo (decrécimo) em passivos		
Fornecedores	1.229	(6.826)
Tributos a recolher	4.433	(3.479)
Pagamentos a entidades de previdência privada	(1.802)	(19.962)
Encargos setoriais	(49.907)	(13.807)
Pagamentos de litígios	(224.734)	(158.201)
Pagamentos de obrigações socioambientais	(16.966)	(2.627)
Obrigações estimadas e folha de pagamento	(3.714)	2.075
Outros passivos	7.481	(54.307)
Energia comprada para revenda	(132.067)	(41.192)
Caixa gerado nas operações	614.277	391.208

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento	476.181	367.606
--	----------------	----------------

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aquisição de investimentos	(51.000)	-
Aquisição de imobilizado	(6.583)	(12.456)
Aquisição de intangível	(2.505)	(3.633)
Pagamento da outorga	(1.398.703)	-

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(1.458.791)	(16.089)
---	--------------------	-----------------

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de recursos	1.777.982	-
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(217.733)	(225.594)
Liquidação de arrendamento mercantil	(1.085)	-
Pagamento de dividendos	(297.164)	(25.573)

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	1.262.000	(251.167)
--	------------------	------------------

Aumento de caixa e equivalentes

Aumento de caixa e equivalentes	279.390	100.350
--	----------------	----------------

Saldo inicial de caixa e equivalentes

Saldo inicial de caixa e equivalentes	410.886	310.536
--	----------------	----------------

Saldo final de caixa e equivalentes

Saldo final de caixa e equivalentes	690.276	410.886
--	----------------	----------------

Diretoria

Mario Bertocini - Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Marcelo de Jesus - Diretor Financeiro
--	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Provisão para litígios - Nota 20:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos no valor de R\$ 1.814.375 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Consideramos essa área como foco em nossa auditoria pois a determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, e a correspondente estimativa das perdas esperadas como prováveis envolve uma grande quantidade de causas, em diversas esferas, cálculos complexos e, portanto, julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia. Alterações nessas estimativas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Envolvemos nossos especialistas na área tributária para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018 (Reapresentado)	
	2019	2018
Receita líquida	1.571.296	1.634.110
Custo do serviço de energia elétrica	(1.092.015)	(1.232.279)
Custo com energia elétrica	(667.717)	(866.112)
Custo com operação	(424.298)	(366.167)
Lucro bruto	479.281	401.831

Receitas (despesas) operacionais

Gerais e administrativas	(263.157)	(182.194)
Outras receitas operacionais, líquidas	267.282	439.516
	4.125	257.322

Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro

	483.406	659.153
--	----------------	----------------

Resultado de participações societárias

Equivalência patrimonial	102	-
	102	-

Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	74.259	75.704
Despesas financeiras	(418.504)	(398.207)
Variações cambiais, líquidas	(2.809)	(52.364)
	(347.054)	(374.867)

Lucro antes do IR e da CS

IR e CS: Diferidos	1.026.560	10.147
---------------------------	------------------	---------------

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício	1.163.014	294.433
-----------------------------------	------------------	----------------

Lucro básico por ação, em reais

Lucro básico por ação, em reais	3,55	0,90
--	-------------	-------------

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.163.014	294.433

Outros componentes do resultado abrangente a serem reclassificados para o resultado

Hedge Accounting operacional	25.501	-
------------------------------	--------	---

Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado

Remensuração de benefícios de aposentadoria	(541.086)	(9.632)
Total do resultado abrangente do exercício	647.429	284.801

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	1.830.499	1.927.319

Receita bruta

Receita bruta	1.830.499	1.927.319
---------------	-----------	-----------

informações obtidas. **Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - Nota 10:** A Companhia mantém registrado tributos diferidos oriundos de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, assim como créditos de imposto de renda e contribuição social a recuperar. Esses valores foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização desses montantes. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles-chave utilizados pela Companhia na apuração e registro dos créditos tributários, bem como a obtenção das projeções econômicas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizados pela Administração para determinar as bases tributárias futuras e comparamos essas premissas com informações macroeconômicas disponíveis no mercado. Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Ativo sujeito a indenização - Nota 12:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 1.719.390 mil na rubrica "Ativo sujeito a indenização", líquido de provisão para perdas, junto ao Governo Federal, oriundo da indenização dos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira. A Companhia discute na justiça o recebimento de valor superior ao contabilizado, mas estimou esse montante como um ativo incerto. Variações na estimativa quanto ao montante a ser recebido, incluindo a forma esperada de recebimento, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como área de foco de nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento histórico do processo administrativo, análise das publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador, assim como a obtenção de parecer jurídico do advogado responsável pela condução do tema. Consideramos que o critério adotado na estimativa, assim como as divulgações em notas explicativas, estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de março de 2019, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2.